

EXERCÍCIO DO DIREITO À PORTABILIDADE DOS DADOS

PORMENORES DO CONTROLADOR.

Nome / razãosocialEndereço do escritório /
serviço
para em a que exercícios o direito a a portabilidade da
dos dados: C/Plaza
..... Não..... Código postal.....Cidade
..... Província Comunidade autónoma
..... Comunidade autónoma
.....

DADOS DA PESSOA EM CAUSA OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL.

Sr. / Sra., maior de idade, com
endereço em em C/Plaza Não,
Cidade Província CÓDIGO POSTAL
.....
Comunidade Autónoma com D.N.I., com endereço
eletrónico
eletrónica.....exerce o direito de
portabilidade dos dados, em conformidade com o disposto no artigo 20.º do Regulamento Geral
sobre a Proteção de Dados da UE 2016/679 (RGPD).

PEDIDOS

Receber, no prazo de um mês, os seus dados pessoais num formato estruturado, de uso
corrente e de leitura ótica.

se for caso disso, que esses dados pessoais sejam transmitidos diretamente ao responsável pelo
tratamento
.....(especificar o nome ou a designação da empresa), s e m p r e q u e
tecnicamente viável.

Ema.....de.....de 20.....

Assinado

INSTRUÇÕES

1. O formulário deve ser utilizado pela pessoa em causa que pretenda que os seus dados pessoais sejam fornecidos num formato estruturado, de uso corrente e de leitura ótica.

Pode também ser utilizada se o utilizador desejar que esses dados pessoais sejam transmitidos diretamente do responsável pelo tratamento para o responsável pelo tratamento, sempre que tal seja tecnicamente possível.

2. Será necessário fornecer uma fotocópia do bilhete de identidade ou documento equivalente que comprove a identidade e seja considerado válido nos termos da lei, nos casos em que o responsável tenha dúvidas quanto à sua identidade. No caso de atuação através de representação legal, devem ser igualmente apresentados o bilhete de identidade e o documento que acredite a representação do representante.

3. A Agência Espanhola de Proteção de Dados não dispõe dos seus dados pessoais e só pode fornecer os dados de contacto dos encarregados da proteção de dados das entidades obrigadas a nomeá-los e que tenham comunicado a sua nomeação à Agência. Também pode fornecer esses dados de contacto para as entidades que tenham nomeado voluntariamente um Responsável pela Proteção de Dados e o tenham notificado.

4. O titular dos dados pessoais sujeitos a tratamento deve contactar diretamente o organismo público ou privado, a empresa ou o profissional que presume ou tem a certeza de que os dados estão na sua posse.

5. Para que a Agência Espanhola de Proteção de Dados possa processar a sua reclamação no caso de o seu pedido de exercício do direito à portabilidade dos dados não ter sido atendido no prazo de um mês, e fornecer qualquer um dos seguintes documentos:

- a recusa do responsável pelo tratamento de permitir a portabilidade dos dados solicitados.

- uma cópia do formulário de pedido de portabilidade, carimbado pelo responsável pelo tratamento de dados.

- cópia do formulário de pedido de portabilidade carimbado pelos correios ou cópia do recibo de envio por correio registado.

- qualquer outro meio de prova fornecido pelo responsável pelo tratamento de dados que permita deduzir a receção do pedido.